

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Em 8 de outubro de 2010, a Companhia teve sua denominação social alterada de “American Banknote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”.

A Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações trimestrais em 16 de outubro de 2012.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade

nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, compreendem:

As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (“ICPC 09”), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias consolidadas estão divulgadas a seguir:

2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas “Grupo”), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	2012	2011
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
CSB Transtex Chile S.A. (“Transtex Chile”)	(i) 100	(i) 100
Incard do Brasil Ltda. (“Incard”)	(ii) 50	(ii) 50
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”)	(iii) 100	(iii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100
Valid USA, Inc. (“Valid USA”)	(iv) 100	-
Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”)	(iv) 100	-

- (i) Participação direta e indireta.
- (ii) Participação indireta através da Interprint Ltda.
- (iii) Empresa constituída em 2011.
- (iv) Participação indireta através da Valid Espanha.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

O investimento que a controlada direta Interprint possui na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay") é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa, mas não o controle, e, sendo assim, não é consolidada.

Considerando a existência de acordos de acionistas para a administração compartilhada da Incard, suas informações trimestrais foram consolidadas proporcionalmente com base no respectivo percentual de participação.

As rubricas sumarizadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada em conjunto Incard, incluída na consolidação, depois de aplicadas as proporções de participações acionárias, são assim resumidas:

	Incard	
	30/09/2012	31/12/2011
Ativo		
Ativo circulante	33.300	30.624
Ativo não circulante	8.990	6.385
Total do ativo	42.290	37.009
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	20.144	15.537
Passivo não circulante	465	954
Patrimônio líquido	21.681	20.518
Total do passivo e patrimônio líquido	42.290	37.009
	30/09/2012	30/09/2011
Receita líquida de vendas	33.571	33.041
Custo das vendas	(28.818)	(23.222)
Lucro bruto	4.753	9.819
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.489)	(1.128)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.533)	(217)
Imposto de renda e contribuição social	(568)	(2.932)
Lucro líquido do período	1.163	5.542

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de

não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

2.3 Investimento em coligada

O investimento da Valid na coligada Multidisplay é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As informações trimestrais da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.4 Investimento em empreendimento controlado em conjunto

A Valid mantém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da Incard, linha por linha, nas suas informações trimestrais consolidadas. As informações trimestrais da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas informações trimestrais consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Valid nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e a Incard. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as informações trimestrais são traduzidas para o real na data do fechamento.

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

b) Empresas do Grupo

As informações trimestrais das controladas Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA e Valid Solutions, sediadas respectivamente na Argentina, Chile, Espanha e Estados Unidos, foram preparadas com base na moeda funcional daqueles países.

Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da conversão do ágio na compra de uma controlada após 1º de janeiro de 2009 são contabilizadas no Patrimônio Líquido e as demais diferenças são todas registradas na demonstração do resultado.

2.6 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

2.7 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.8 Transações envolvendo pagamento baseado em ações

A Companhia outorgou aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa, as opções de compras de ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são calculadas durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos programas (vide detalhes na Nota 24).

2.9 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver

manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O Grupo não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.11 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela

proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.14 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 10% a 30%.
- Móveis e utensílios – 10% a 20%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.15 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do

resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.16 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações

nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03"), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("CPC 09").

2.21 Novos pronunciamentos contábeis

a) Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu as seguintes principais normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das informações trimestrais, individuais e consolidadas, da Companhia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 os princípios de classificação e mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas - A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 – Operações conjuntas - A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 11 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação antecipada é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, porém a aplicação antecipada é permitida.

IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades - A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, porém a aplicação antecipada é permitida.

IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo – A IFRS 13 substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 28 (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado – Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados - Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas informações trimestrais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2.22 Reclassificações referentes a exercícios anteriores

A Companhia identificou a seguinte reclassificação aplicável às informações relativas ao período findo em 30 de setembro de 2011:

- Reclassificação nas Demonstrações do fluxo de caixa do período findo em 30 de setembro de 2011 do montante de R\$ 23.893 na controladora e no consolidado referente aquisição e baixa de ações em tesouraria classificada anteriormente como atividade de investimento para atividade de financiamento.

a) Demonstrações do fluxo de caixa do período findo em 30 de setembro de 2011

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011
	(publicado)	(Reapresentado)	(publicado)	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	61.794	61.794	115.815	115.815
Variações nos ativos e passivos	(25.697)	(25.697)	(22.890)	(22.890)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	36.097	36.097	92.925	92.925
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(17.878)	(17.878)	(24.944)	(24.944)
Aquisição de investimentos e intangível	(2.008)	(2.008)	(2.048)	(2.048)
Aquisição e baixa de ações em tesouraria	(23.893)	-	(23.893)	-
Dividendos recebidos	10.000	10.000	899	899
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(33.779)	(9.886)	(49.986)	(26.093)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(9.229)	(9.229)	(9.229)	(9.229)
Juros sobre capital próprio pagos	(20.342)	(20.342)	(20.342)	(20.342)
Debêntures	(36.000)	(36.000)	(36.000)	(36.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	(11.074)	(11.074)	(11.074)	(11.074)
Ações em tesouraria	-	(23.893)	-	(23.893)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(76.645)	(100.538)	(76.645)	(100.538)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	3.809	3.809
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(74.327)	(74.327)	(29.897)	(29.897)
Saldos do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	107.743	107.743	139.744	139.744
No fim do período	33.416	33.416	109.847	109.847
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(74.327)	(74.327)	(29.897)	(29.897)

As reclassificações acima mencionadas não tem impacto nas demais demonstrações da Companhia.

Todas as reclassificações realizadas pela Companhia tiveram como objetivo uma melhor divulgação e apresentação dos números e não afetaram de nenhuma forma as divulgações anteriores.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 24.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia do Grupo.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto

de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	565	5.131	20.157	13.713
Aplicações financeiras	16.748	119.105	81.047	158.067
Total	17.313	124.236	101.204	171.780

As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e, estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. As aplicações financeiras são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes	104.776	88.280	174.022	153.504
Provisão para perdas sobre créditos	(601)	(605)	(1.051)	(976)
Total	104.175	87.675	172.971	152.528

Em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
A vencer	88.852	78.394	125.541	129.859
Vencidos				
Até 30 dias	9.380	6.090	19.102	13.670
De 31 à 60 dias	2.089	1.964	8.388	3.563
De 61 à 90 dias	1.541	452	5.413	2.735
De 91 à 120 dias	1.481	37	7.668	227
Há mais de 121 dias	1.433	1.343	7.910	3.450
Total vencidos	15.924	9.886	48.481	23.645
Total	104.776	88.280	174.022	153.504

A Companhia não apresenta a movimentação da provisão para perdas sobre crédito por considerar seu montante e movimentação imateriais.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
IR a recuperar	1.917	8.371	13.640	15.729
CSLL a recuperar	193	2.657	3.381	5.403
ICMS a recuperar	917	3.300	6.830	7.035
IPI a recuperar	5.582	4.201	7.489	5.503
Impostos federais retidos por clientes	455	-	2.512	706
INSS a recuperar	123	658	280	658
Outros	-	-	688	688
Total	9.187	19.187	34.820	35.722
Total circulante	9.187	19.187	20.539	32.167
Total não circulante	-	-	3.499	3.555
Total	9.187	19.187	24.038	35.722

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Matéria prima	40.404	48.038	67.340	65.774
Produtos em processo	22.255	19.722	25.279	24.212
Peças e materiais de reposição	2.378	2.127	3.064	2.899
	65.037	69.887	95.683	92.885
Adiantamentos a fornecedores	2.618	3.675	4.062	7.368
Total	67.655	73.562	99.745	100.253

8. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Trabalhistas	8.603	6.682	12.439	10.279
Tributários	8.698	1.678	9.040	1.749
Cíveis, comerciais e outros	251	251	251	251
Total	17.552	8.611	21.730	12.279

Em 29 de maio de 2012 a Companhia efetuou depósito judicial referente ao auto de infração nº 4003960-2 no valor de R\$ 7.009. Este auto de infração refere-se a divergências encontradas no arquivo digital EFD (Sped Fiscal) no período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de renda diferido				
Provisões	3.048	2.881	4.380	2.881
Juros sobre capital próprio	-	1.760	-	1.760
Amortização de ágio	746	746	746	746
Comissões a pagar	445	272	464	272
Prejuízo fiscal	-	-	3.130	1.191
Provisão para fretes	105	224	308	224
Provisão para obsolescência imobilizado	1.044	-	1.044	-
Provisão para royalties	476	-	476	-
Provisão honorários advocatícios	361	325	361	325
Outras adições temporárias	937	1.514	2.890	2.296
	7.162	7.722	13.799	9.695
Contribuição social diferida				
Provisões	1.097	1.037	1.577	1.037
Juros sobre capital próprio	-	633	-	633
Amortização de ágio	269	269	269	269
Comissões a pagar	160	98	167	98
Base negativa de contribuição social	-	-	1.127	429
Provisão para fretes	38	81	111	81
Provisão para obsolescência imobilizado	376	-	376	-
Provisão para royalties	171	-	171	-
Provisão honorários advocatícios	130	117	130	117
Outras adições temporárias	337	545	1.041	826
	2.578	2.780	4.969	3.490
Total	9.740	10.502	18.768	13.185

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo possui a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Amortização fiscal do ágio dedutível e diferença depreciação –CPC 27				
Imposto de renda	1.087	-	22.690	17.251
Contribuição social	391	-	8.169	6.210
Total	1.478	-	30.859	23.461

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável.

A Companhia também constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação

tributária e o encargo de depreciação registrado em sua contabilidade societária (vida útil do bem).

A companhia efetuou, para fins de demonstração, a compensação dos ativos fiscais diferidos com os passivos fiscais diferidos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Total ativo fiscal diferido Valid	9.740	10.502	9.740	10.502
Total passivo fiscal diferido Valid	(1.478)	-	(1.478)	-
Total ativo fiscal diferido Interprint	-	-	2.741	3.498
Total passivo fiscal diferido Interprint	-	-	(28.945)	(23.461)
Total ativo fiscal diferido Incard	-	-	646	-
Total passivo fiscal diferido Incard	-	-	(436)	-
Total ativo fiscal demais empresas	-	-	5.641	2.683
Total ativo fiscal (compensado)	8.262	10.502	14.113	13.185
Total passivo fiscal (compensado)	-	-	26.204	19.963

10. Investimentos e intangível

A movimentação dos saldos de investimentos para o período findo em 30 de setembro de 2012 está demonstrada como segue:

Investimento	Controladora					Saldos em 30/09/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	
Investidas						
Valid Par	801	-	1	33	-	835
Interprint	224.096	-	(153)	34.611	(40.000)	218.554
Valid Espanha	23.527	-	2.199	6.947	-	32.673
Valid Argentina	7.165	-	(17)	2.351	-	9.499
Transtex Chile	26	-	2	(1)	-	27
Trust	7.670	-	-	7.081	-	14.751
	263.285	-	2.032	51.022	(40.000)	276.339
Ágio						
Valid Espanha	31.414	-	708	-	-	32.122
Valid Argentina	9.311	-	(2.884)	-	-	6.427
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	44.374	-	(2.176)	-	-	42.198
Total	307.659	-	(144)	51.022	(40.000)	318.537

Investimento	Consolidado					Saldo em 30/09/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	
Multidisplay	3.429	-	-	3.127	(1.800)	4.756
Total	3.429	-	-	3.127	(1.800)	4.756

As principais informações sobre as controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

30 de setembro de 2012						
Controladas	Total dos Ativos	Total dos Passivos	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações / quotas (lote de mil)	% de participação
Valid Par	860	860	33	835	1.031	100
Incard	42.290	42.290	1.163	21.681	762	(**) 50
Interprint	319.732	319.732	34.611	218.554	227.500	100
Valid Certificadora	16.901	16.901	(5.324)	11.530	20.000	(**) 100
Valid Espanha	47.735	47.735	6.947	32.673	164	100
Valid Argentina	27.463	27.463	2.475	10.000	15.219	(*) 100
Transtex Chile	28	28	(2)	28	1	(*) 100
Trust	18.769	18.769	7.081	14.744	17.500	100
Valid USA	8.632	8.632	(1.361)	3.149	100	(***) 100
Valid Solutions	2.836	2.836	(1.338)	990	-	(***) 100

(*)Participação direta e indireta.

(**)Participação indireta através da Interprint.

(***)Participação indireta através da Valid Espanha

a) Trust Administração e Participações Ltda.

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("CPC 01").

b) Valid Participações Ltda.

A Valid Participações ("Valid Par") cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 03 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Transtex Chile e detinha cinco por cento do capital da Valid Argentina que foi transferida para a Interprint Ltda. A aquisição das referidas empresas ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

Como parte da transação de compra da Valid Argentina, pela Valid Par, foi reconhecido um ágio no montante total de R\$668, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

c) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino, além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. A compra da Valid Argentina representa para a Valid um importante reposicionamento mercadológico, já que poderá estender sua atuação em todo o continente. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

d) CSB Transtex Chile S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil.

e) Interprint Ltda.

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 1º de setembro de 2009, os quotistas deliberaram o aumento no capital social da Interprint, no valor de R\$184, mediante a emissão de 183.564 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas em espécie pela quotista Valid com o consentimento dos demais quotistas. Desta forma, o capital social da Interprint passou a ser de R\$ 228, dividido em 227.500 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Adicionalmente, o quotista Sylío Swerts cedeu e transferiu 1 quota de sua propriedade, a título oneroso, para a quotista Valid, e, neste ato, se retira da sociedade. Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

f) Incard do Brasil Ltda.

O investimento na Incard refere-se a uma *joint venture* com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos *chips* para a produção de *smart cards* e produtos correlatos.

g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.

Em 02 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de até R\$30.000, dos quais R\$15.332 foram pagos em dinheiro, sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955. O valor remanescente será pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao atendimento de determinadas metas, pactuadas no contrato de compra e venda das ações.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

h) Valid Soluciones Tecnológicas S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Valid Soluciones Tecnológicas S.A. cuja razão social anterior era Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A Valid Espanha atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada

em dinheiro, pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414 relativo a rentabilidade futura com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

i) Valid Certificadora Digital Ltda.

A Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”) foi constituída em 20 de junho de 2011, conforme contrato social, e passou a operar em setembro de 2011 com o objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. A Interprint possui 100% de seu capital social que totaliza R\$20.000 após aumento de capital de R\$5.000 realizado em 8 de março de 2012.

A Controladora Valid S.A., concedeu carta de fiança em nome da sua controlada Valid Certificadora no montante de R\$ 20.000, a fim de garantir a execução contratual referente às obrigações dos critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.

j) Valid USA, Inc.

A Valid USA, Inc. (“Valid USA”) foi constituída em 15 de abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos, conforme contrato social. A Valid Espanha possui 100% de seu capital social.

k) Valid Secure Solutions LLC.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de maio de 2012, aprovou a aquisição de 100% do capital social da PPI Secure Solutions LLC (“PPI”), empresa com sede na Pennsylvania, Estados Unidos. Em setembro de 2012 a empresa teve sua razão social alterada para Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”). A Valid Solutions atua na área de atendimento a contingências na área de meios de pagamento (“disaster recovery”). A aquisição foi realizada através da Valid USA em dinheiro, pelo montante total de R\$ 2.481, sendo apurado um ágio no valor total de R\$ 2.379. A alocação do ágio será feita pelo valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida pela Administração da Companhia com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	<u>24/05/2012</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	442
Contas a receber de clientes	253
Estoques	276
Outras contas a receber	166
Ativo não circulante	74
Imobilizado	911
Total dos ativos adquiridos	<u>2.122</u>
Passivo	
Passivo circulante	2.020
Total dos passivos assumidos	<u>2.020</u>
Total do ativo líquido	<u>102</u>

Apresentamos abaixo, o valor total de aquisição, assim como a determinação do ágio na aquisição da Valid Solutions:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	102
Valor pago pela aquisição da Valid Solutions	(2.481)
Ágio na aquisição da Valid Solutions	2.379

A movimentação dos saldos de intangível para o período findo em 30 de setembro de 2012 está demonstrada como segue:

Controladora						
Intangível	Saldo em 31/12/2011	Adições (baixas)	Amortização	Transferências	Saldo em 30/09/2012	
Vida útil definida						
Software	6.284	1.416	(2.183)	1.684	7.201	
Total	6.284	1.416	(2.183)	1.684	7.201	
Consolidado						
Intangível	Saldos em 31/12/2011	Adições (baixas)	Amortização	Variação Cambial	Transferências	Saldos em 30/09/2012
Vida útil definida						
Software	6.353	2.227	(2.284)	-	1.703	7.999
Vida útil indefinida						
Licença certificação digital	-	-	-	-	500	500
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	-	-	85.962
Valid Espanha	31.414	-	-	708	-	32.122
Multidisplay	13.955	-	-	-	-	13.955
Praven (*)	6.731	-	-	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	-	-	11.099
Valid Argentina	9.800	-	-	(3.036)	-	6.764
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
Valid Solutions	-	2.379	-	(10)	-	2.369
	162.610	2.379	-	(2.338)	500	163.151
Total	168.963	4.606	(2.284)	(2.338)	2.203	171.150

(*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

11. Imobilizado

Controladora										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo										
Saldos em 31/12/2011	3.732	68.726	172.003	8.318	1.541	87.427	5.399	9.090	812	357.048
Adições	110	1.111	2.675	577	820	1.901	-	10.843	6.188	24.225
Baixas	-	-	-	(9)	(199)	(188)	-	-	(5.503)	(5.899)
Transferências	(110)	1.301	1.930	1.675	(66)	3.552	4.957	(14.923)	-	(1.684)
Provisão para obsolescência	-	-	(4.174)	-	-	-	-	-	-	(4.174)
Saldos em 30/09/2012	3.732	71.138	172.434	10.561	2.096	92.692	10.356	5.010	1.497	369.516
Depreciação										
Saldos em 31/12/2011	-	(17.896)	(86.352)	(5.424)	(467)	(69.258)	(5.399)	-	-	(184.796)
Adições	-	(2.082)	(7.543)	(510)	(237)	(5.760)	(32)	-	-	(16.164)
Baixas	-	-	-	1	143	105	-	-	-	249
Transferências	-	90	-	-	-	-	(90)	-	-	-
Saldos em 30/09/2012	-	(19.888)	(93.895)	(5.933)	(561)	(74.913)	(5.521)	-	-	(200.711)
Valor residual líquido em 31/12/2011	3.732	50.830	85.651	2.894	1.074	18.169	-	9.090	812	172.252
em 30/09/2012	3.732	51.250	78.539	4.628	1.535	17.779	4.835	5.010	1.497	168.805
Consolidado										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	10 a 30%	10 a 20%	20%	20%	-	-	-	-
Custo										
Saldos em 31/12/2011	4.212	91.877	299.494	11.028	1.970	117.289	6.900	14.380	914	548.064
Adições	110	2.267	5.601	1.050	820	6.111	185	16.751	6.188	39.083
Aquisição de Controladas	-	-	970	-	-	-	-	-	-	970
Baixas	-	-	(1.240)	(82)	(212)	(186)	-	(138)	(5.503)	(7.361)
Ajuste cambial	-	120	768	43	2	373	(10)	(70)	-	1.226
Transferências	(110)	6.079	3.016	2.136	(64)	7.602	4.957	(25.819)	-	(2.203)
Provisão para obsolescência	-	-	(4.174)	-	-	-	-	-	-	(4.174)
Saldos em 30/09/2012	4.212	100.343	304.435	14.175	2.516	131.189	12.032	5.104	1.599	575.605
Depreciação										
Saldos em 31/12/2011	-	(34.334)	(161.485)	(7.223)	(766)	(90.970)	(6.536)	-	-	(301.314)
Adições	-	(2.778)	(13.848)	(678)	(258)	(8.167)	(107)	-	-	(25.836)
Baixas	-	3	712	58	147	100	-	-	-	1.020
Aquisição de Controladas	-	-	(38)	-	-	-	-	-	-	(38)
Ajuste cambial	-	(48)	(575)	(21)	(8)	(152)	8	-	-	(796)
Transferências	-	301	1.530	(394)	-	(1.347)	(90)	-	-	-
Saldos em 30/09/2012	-	(36.856)	(173.704)	(8.258)	(885)	(100.536)	(6.725)	-	-	(326.964)
Valor residual líquido em 31/12/2011	4.212	57.543	138.009	3.805	1.204	26.319	364	14.380	914	246.750
em 30/09/2012	4.212	63.487	130.731	5.917	1.631	30.653	5.307	5.104	1.599	248.641

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor aproximado de R\$3.804 (R\$ 3.800 em 31 de dezembro de 2011).

12. Debêntures

A Companhia realizou duas emissões de debêntures cujas características estão descritas abaixo:

Debêntures	1ª emissão-20/04/2008	2ª emissão-17/10/2011
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 28/01/2008	Reunião do Conselho de Administração em 07/10/2011
Quantidade	18.000 debêntures simples não conversíveis em ações	10.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Valor total	R\$ 180.000.000,00	R\$ 100.000.000,00
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	20 de abril de 2013	17 de outubro de 2013
Remuneração	Taxa média DI + 1,50% a.a.	Taxa média DI + spread (de até 1,07% a.a.)
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	5 parcelas semestrais e iguais	Integral na data de vencimento
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão
“Rating” da emissão pela Moody’s	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)	Aa3.br (Escala Nacional Brasileira – NSR)

Em 30 de setembro de 2012 os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Principal – 1ª emissão	72.000	72.000
Juros – 1ª emissão	3.032	2.564
Juros – 2ª emissão	4.035	2.410
	79.067	76.974
Não circulante		
Principal – 1ª emissão	-	36.000
Principal – 2ª emissão	100.000	100.000
	100.000	136.000
Total	179.067	212.974

A Companhia efetuou em 20 de abril de 2011 e em 20 de outubro de 2011 o pagamento de parcelas das debêntures de 1ª emissão, ambas no valor de R\$ 36.000, totalizando R\$ 72.000, sendo ainda efetuado o pagamento de juros no valor de R\$ 20.649. Em 16 de abril de 2012, a Companhia efetuou pagamento de juros referente a debêntures de 2ª emissão no valor de R\$ 5.632 e em 20 de abril de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de mais uma parcela das debêntures de 1ª emissão, sendo R\$ 36.000 referente a pagamento do principal e R\$ 6.372 referente a pagamento dos juros. As debêntures prevêem a manutenção de determinados covenants, na qual a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais, nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2012.

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
IR a recolher	523	7.315	7.484	15.693
CSLL a recolher	-	2.439	150	5.373
ICMS a recolher	535	516	898	739
IPI a recolher	24	25	115	203
ISS a recolher	1.562	1.624	3.669	1.900
COFINS a recolher	2.533	1.776	3.397	2.481
PIS a recolher	550	386	739	536
Outros	66	118	219	1.310
Total	5.793	14.199	16.671	28.235

14. Parcelamento de débitos fiscais

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Parcelamento especial de débitos - PAES (Lei nº 10.684/03)	846	1.942
Parcelamento de INSS	73	280
Total	919	2.222
Total circulante	220	579
Total não circulante	699	1.643
Total	919	2.222

a) Programa de parcelamento especial de débitos – PAES

As controladas Interprint e Tecnoformas (incorporada pela Interprint em 31 de outubro de 2009) optaram pelo parcelamento especial de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, conhecido como REFIS II, consolidando todos os débitos federais com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, relativos aos valores referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que vinham sendo discutidos judicialmente, os quais, mediante a desistência dos processos de questionamento, também foram incluídos no PAES.

O valor da prestação corresponde ao maior valor entre 1,5% da receita bruta correspondente ao mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela e 1/180 do total do débito consolidado, não podendo ser inferior a R\$ 2, garantido o prazo máximo de 120 parcelas caso seja adotado o percentual de 1,5% sobre a receita bruta. Com base na expectativa de faturamento, a Administração do Grupo adotou o prazo total de 120 meses para definição das parcelas de curto e longo prazo nas informações trimestrais.

b) Parcelamento de INSS

Em 4 de dezembro de 2007, a controlada Interprint foi autuada pelo não recolhimento de INSS sobre fretes referentes ao período de janeiro de 2002 à maio de 2003 e pelo não recolhimento de INSS sobre pagamentos efetuados por serviços prestados por intermédio de cooperativas de trabalho no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004.

A Interprint optou pelo parcelamento da dívida em 60 meses com vencimento final em novembro de 2012.

15. Provisões

A Companhia e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2012, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora			Saldos em 30/09/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	
Trabalhistas	5.613	3.471	(1.710)	7.374
Tributárias	1.626	-	(1.626)	-
Cíveis, comerciais e outros	4.285	737	(204)	4.818
Total	11.524	4.208	(3.540)	12.192

	Consolidado			Saldos em 30/09/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	
Trabalhistas	6.923	4.357	(2.074)	9.206
Tributárias	11.085	-	(4.794)	6.291
Cíveis, comerciais e outros	4.285	737	(204)	4.818
Total	22.293	5.094	(7.072)	20.315

Durante o período não ocorreram variações significativas, cujos principais casos são como seguem:

a) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao não recolhimento de IPI supostamente devido a operações com cartões plásticos com tarja magnética. Estes autos foram impugnados pelos consultores jurídicos da Companhia, que obtiveram decisão favorável para três dos processos, os quais foram julgados improcedentes e sem possibilidade de recursos por parte das autoridades fiscais. Em 18 de setembro de 2009, a Companhia levantou valores que estavam depositados em juízo nos autos de um desses processos, resgatando o montante aproximado de R\$ 10.800.

A Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que o desfecho será favorável para os demais autos de infração desta natureza; como consequência, não há registrado nos livros contábeis provisão desta natureza. Estes processos montam aproximadamente o valor de R\$ 9.464.

b) Autos de infração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”)

A Companhia e sua controlada Interprint possuem autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo devido a descumprimento de obrigações acessórias e ao não recolhimento de ICMS supostamente devido sobre operações de saída de determinados impressos personalizados. Estes autos foram

impugnados pelos consultores jurídicos da Companhia junto à Secretaria Estadual de Fazenda, que obtiveram sentença favorável para um dos processos, o qual foi julgado improcedente e sem possibilidade de recursos desta decisão por parte da autoridade fiscal.

Devido ao fato de os demais processos apresentarem a mesma natureza, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como remota, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foi constituída provisão.

c) Execução fiscal de Imposto sobre Serviços ("ISS")

As autoridades fiscais do Município do Rio de Janeiro lavraram contra a Companhia dois autos de infração, no montante histórico aproximado de R\$ 55.000, referente ao não recolhimento do ISS supostamente devido sobre operações de confecção de cartões telefônicos indutivos no período de agosto de 1993 a abril de 2001. A Companhia contestou as duas cobranças perante o Poder Judiciário.

Em 2009, a Companhia obteve ganho de causa definitivo em relação à parte da cobrança, com o trânsito em julgado de decisão que declarou a não incidência do referido imposto, cancelando um dos autos de infração lavrados (ISS sobre vendas realizadas no período de agosto de 1993 a outubro de 1996), cujo montante histórico aproximado era de R\$ 17.000. O auto de infração que restou (ISS sobre vendas realizadas no período novembro de 1999 a abril de 2001), no montante histórico aproximado de R\$ 38.000, está sendo contestado em outra ação, em trâmite na primeira instância, não havendo até o momento qualquer decisão quanto ao mérito. Por consequência, considerando a expectativa de perda como possível, esse valor não constitui provisão.

d) Processos trabalhistas

A Valid e suas controladas Interprint e Tecnoformas tiveram ajuizada em face de si uma reclamação trabalhista cujo autor é o ex-representante comercial da controlada Tecnoformas, que busca o reconhecimento de vínculo empregatício com o pagamento de verbas trabalhistas e indenização por perdas e danos. O valor da reclamação atribuído pelo ex-representante foi de R\$ 8.500.

Segundo o Acordo de Investimentos e Outras Avenças que tratou da aquisição da Interprint e sua controlada Tecnoformas pela Valid, os vendedores se responsabilizam pelas perdas decorrentes de fatos que tiveram origem em fatos ocorridos antes da conclusão da aquisição. Neste sentido, os vendedores já assumiram formalmente a responsabilidade pela defesa da Valid e suas controladas, e uma eventual condenação se encontra garantida por depósito em conta vinculada, criada quando da aquisição para cobrir tais situações. Portanto, por entender estar assegurada a cobertura da eventual perda, a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão contábil.

e) Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS")

A Companhia possui um auto de infração referente ao não recolhimento da contribuição previdenciária sobre INSS que de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos encontra-se sob período prescricional. Por entender que o valor não é devido, a Companhia está impugnando a execução fiscal e, amparada na opinião de seus

consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, não foi constituída provisão. O depósito judicial referente a este processo, no montante de R\$ 5.564, foi resgatado pela Companhia em 2009, sendo oferecido em troca, através de instituição financeira, serviço de fiança bancária, que em 30 de setembro de 2012 possuía o valor de R\$ 9.391, devidamente acatado pelo juízo responsável pelo processo.

16. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas, que foram eliminadas no processo de consolidação, podem ser assim sumariados:

		Controladora	
		30/09/2012	31/12/2011
Ativo			
Circulante			
Contas a receber		182	167
Incard		69	49
Interprint		27	76
Valid Argentina		86	42
Dividendos a receber		44.559	4.559
Interprint		40.000	-
Valid Espanha		4.559	4.559
Outras contas a receber		-	2.654
Valid Argentina - mútuo		-	2.654
Não Circulante			
Outras contas a receber		2.988	-
Valid Argentina - mútuo		2.988	-
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		(462)	(24)
Incard		-	(20)
Interprint		(4)	(4)
Trust		(449)	-
Valid Argentina		(6)	-
Certificadora		(3)	-
		Controladora	
		30/09/2012	30/09/2011
Demonstração dos resultados			
Receita líquida			
Incard		640	390
Interprint		184	281
Trust		224	99
Valid Argentina		19	10
		213	-
Custo das mercadorias e serviços			
Incard		640	390
Interprint		184	281
Trust		224	99
Valid Argentina		19	10
		213	-

	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011
Demonstração dos resultados		
Receita líquida	311	-
Incard	82	-
Interprint	144	-
Valid Argentina	85	-
Custo das mercadorias e serviços	311	-
Incard	82	-
Interprint	144	-
Valid Argentina	85	-

As controladas Interprint e Incard passaram a comprar alguns insumos diretamente da Valid após a aquisição destas empresas pela Companhia. A produção é feita de acordo com as necessidades de cada uma das empresas, não existindo contrato firmado de produção mínima.

Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 2.000. A Valid Argentina (mutuária) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano (e variação cambial), os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias.

Em 1 de agosto de 2012, a controlada Certificadora firmou contrato de mútuo com a Interprint no montante de até R\$ 10.000. A Certificadora (mutuária) se compromete a restituir a Interprint (mutuante) a quantia mutuada, corrigida de 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 0,93%, os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 2 anos, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias. Até 30 de setembro de 2012 o montante transferido é de R\$ 2.713.

Em 25 de setembro de 2012, a controlada Valid USA firmou contrato de mútuo com a Valid Espanha no montante de US\$ 2.700. A Valid USA (mutuária) se compromete a restituir a Valid Espanha (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 0,75% ao ano, os quais incidirão da data da transferência até a data do efetivo pagamento do débito no prazo de até 1 ano, contados da data do depósito do valor em sua conta corrente. Até 30 de setembro de 2012 o montante transferido é de R\$ 5.483

Em 30 de setembro de 2012, Valid Espanha possui em seu ativo, um contas a receber com Valid Argentina no montante de R\$ 1.895, Valid Argentina possui em seu ativo, um contas a receber com Valid Espanha no montante de R\$ 14 e Certificadora possui em seu ativo, um contas a receber com Trust no montante de R\$ 1.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 100.000, mediante capitalização de parte da reserva de investimentos, com bonificação, emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente a suas participações, de 5.150.000 ações ordinárias, sem valor nominal, o que corresponde a 1 (uma) ação para cada lote de 10 (dez) ações detidas

pelos acionistas, de acordo com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76. As ações que não puderem ser atribuídas por inteiro tiveram suas frações agrupadas e vendidas na BM&FBOVESPA, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, pelos titulares das frações. O valor da reserva capitalizado correspondeu a R\$ 19,42 por ação. Desta forma, em 30 de setembro de 2011, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 360.000, dividido em 56.650.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 900.000 ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Diante desta deliberação, em 31 de dezembro de 2011 o capital subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 360.000, dividido em 55.750.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações, conforme descrito na Nota 24, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10(R1) - Pagamento Baseado em Ações ("CPC 10"), o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period).

Ganho na venda de ações em tesouraria

A Companhia no período de 2012 realizou o pagamento de remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$ 559.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para investimentos

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária de 06 de maio de 2011, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 100.000 com reserva para investimento passando do saldo desta para R\$ 66.956.

Em 13 de dezembro de 2011, a Companhia cancelou 900.000 ações a um valor patrimonial de R\$ 16.790 com a utilização da referida reserva que passou a ter um saldo de R\$ 50.166. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da reserva de investimento passou a ser R\$ 55.696, já considerando a destinação do saldo remanescente dos lucros acumulados no montante de R\$ 5.530.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 9 de janeiro de 2012, foram pagos juros sobre capital próprio e dividendos propostos no exercício de 2011 nos montantes de R\$ 8.406 e R\$ 3.061 respectivamente tendo sido pago o imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no exercício de 2011, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia.

Em 14 de agosto a Companhia propôs o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12.771. Em 24 de agosto de 2012 foram pagos dividendos intermediários com base no balancete semestral levantado em 30 de junho de 2012, no montante de R\$ 4.692, equivalente ao valor de R\$ 0,0845 por ação e o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 12.771, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,2300 por ação sendo ambos referentes ao resultado do ano de 2012.

Adicionalmente a Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a destinação adicional de R\$ 65.911 como dividendos do exercício de 2011, na forma prevista em no Estatuto Social da Companhia, os quais foram aprovados na Assembléia Geral Ordinária de 26 de abril de 2012 e pagos em 10 de maio de 2012.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo ("TJLP") nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das informações trimestrais, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), os dividendos propostos são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2011, os dividendos excedentes, montavam R\$ 65.911.

e) Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de opção de compra de ações. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações serão adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia mantém 225.147 ações ordinárias em tesouraria, cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Quantidade			Preço (em reais)		
	31/12/2011	Aquisições / baixas	30/09/2012	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	401.190	(176.043)	225.147	16,10	20,79	18,97

A Companhia no primeiro trimestre de 2012 realizou o pagamento de remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$ 559 sendo este registrado em reserva de capital.

Baseado na última cotação de mercado disponível em 28 de setembro de 2012, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 8.544, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do exercício, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)			
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	Última cotação
Ação ordinária	21,51	37,95	28,38	37,95

f) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis ("CPC 02"), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das informações trimestrais de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA e Valid Solutions. Em 30 de setembro de 2012, o saldo constituído pela Companhia nesta rubrica era devedor de R\$ 647 (devedor de R\$ 504 em 31 de dezembro de 2011).

18. Resultado por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por Ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011.

	30/09/2012	30/09/2011
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	91.014	82.576
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	55.494	54.012
Resultado por ação – resultado básico e diluído por ação	1,6401	1,5288
	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	27.437	30.822
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	55.525	55.864
Resultado por ação – resultado básico e diluído por ação	0,4941	0,5517

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o resultado básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 55.750.000 ações ordinárias, normativas, escriturais e sem valor nominal. Os eventos mais representativos que resultaram na alteração da quantidade de ações da Companhia se encontram mencionados na Nota 17.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

19. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

b) Sistema de identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

c) Telecomunicações

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as

“raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece segurança nas transações digitais viabilizando o uso e emitindo certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, essenciais à atuação profissional de pessoas físicas e jurídicas nos relacionamentos eletrônicos com empresas e instituições de todos os segmentos de mercado e esferas de governo. Além da emissão de certificados, é oferecido serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

As práticas contábeis dos segmentos da Companhia são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis (Nota 2).

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBTIDA e lucro operacional.

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

30/09/2012	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	302.485	220.644	176.998	5.611	-	705.738
Intersegmento	296	223	2.073	-	(2.592)	-
Total das receitas	302.781	220.867	179.071	5.611	(2.592)	705.738
Depreciação e amortização	9.745	7.094	7.134	562	-	24.535
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	35.748	79.057	34.356	(13.003)	-	136.158
30/09/2012						
Ativos operacionais	212.134	120.697	174.529	14.179	(182)	521.357
Clientes	52.950	46.788	73.415	-	(182)	172.971
Estoques	54.586	6.707	35.844	2.608	-	99.745
Imobilizado	104.598	67.202	65.270	11.571	-	248.641
Passivos operacionais	23.167	7.621	32.908	400	(182)	63.914
Fornecedores	23.167	7.621	32.908	400	(182)	63.914

30/09/2011	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	303.264	189.069	153.870	-	-	646.203
Intersegmento	-	67	355	-	(422)	-
Total das receitas	303.264	189.136	154.225	-	(422)	646.203
Depreciação e amortização	7.922	6.965	5.405	-	-	20.292
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	38.127	53.697	24.935	-	-	116.759
31/12/2011						
Ativos operacionais	209.149	111.860	171.394	7.318	(190)	499.531
Clientes	45.075	33.529	74.114	-	(190)	152.528
Estoques	58.233	6.930	32.618	2.472	-	100.253
Imobilizado	105.841	71.401	64.662	4.846	-	246.750
Passivos operacionais	18.066	8.966	32.538	3.571	(190)	62.951
Fornecedores	18.066	8.966	32.538	3.571	(190)	62.951
01/07/2012 a 30/09/2012	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	97.661	79.478	51.899	2.845	-	231.883
Intersegmento	167	144	705	-	(1.016)	-
Total das receitas	97.828	79.622	52.604	2.845	(1.016)	231.883
Depreciação e amortização	3.693	2.402	2.576	279	-	8.950
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	9.555	31.137	7.660	(4.350)	-	44.002
01/07/2011 a 30/09/2011	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	103.888	70.020	54.303	-	-	228.211
Intersegmento	-	37	186	-	(223)	-
Total das receitas	103.888	70.057	54.489	-	(223)	228.211
Depreciação e amortização	2.696	2.505	1.779	-	-	6.980
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	13.750	21.610	8.965	-	-	44.325

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento ("CPC 22"), a Administração da Valid informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia.

20. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	104.602	87.215	126.541	108.039
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	35.565	29.653	43.024	36.733
Adições				
Perdas no recebimento de créditos	20	1	20	1
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(17.347)	(15.990)	(1.064)	(807)
Incentivos fiscais	(342)	(224)	(540)	(319)
Parcela isenta do adicional	(18)	(18)	(63)	(63)
Juros sobre capital próprio	(4.342)	(9.235)	(4.342)	(9.235)
Diferença de alíquota – lucro presumido	-	-	(1.918)	(1.185)
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	903	(173)
Outras adições / exclusões	52	452	(493)	511
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	13.588	4.639	35.527	25.463
Alíquota efetiva	12,99%	5,32%	28,08%	23,57%
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.347	9.024	30.548	22.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.241	(4.385)	4.979	2.523
	13.588	4.639	35.527	25.463

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	33.818	33.555	40.288	41.724
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	11.498	11.409	13.698	14.186
Adições				
Perdas no recebimento de créditos	88	1	88	1
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(5.025)	(6.326)	(338)	(276)
Incentivos fiscais	(188)	(45)	(269)	(96)
Parcela isenta do adicional	(6)	(6)	(21)	(21)
Juros sobre capital próprio	-	(2.527)	-	(2.527)
Diferença de alíquota – lucro presumido	-	-	(638)	(565)
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	455	39
Outras adições / exclusões	14	227	(124)	161
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	6.381	2.733	12.851	10.902
Alíquota efetiva	18,87%	8,14%	31,90%	26,13%
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.216	2.465	9.845	9.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.165	268	3.006	1.499
	6.381	2.733	12.851	10.902

21. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores e conselheiros, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o período findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 11.479 (R\$ 6.683 no mesmo período de 2011), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Com relação às opções de ações, detalhes adicionais estão descritos na Nota 24. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia não possui outros planos de benefícios para seus funcionários.

22. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se às debêntures, débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito das debêntures foi a captação de recursos para as operações da Companhia e suas controladas, enquanto que as obrigações com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros do Grupo consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e créditos com partes relacionadas, que resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos / débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures emitidas pela Companhia se encontra classificado como passivo financeiro mantido até o vencimento e não mensurado ao valor justo, e está contabilizado pelos seus valores contratuais.

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2012 são como segue:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	17.313	17.313	101.204	101.204
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	104.776	104.776	174.022	174.022
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	44.559	44.559	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	29.704	29.704	64.485	64.485
Debêntures	Custo amortizado	172.000	179.021	172.000	179.021

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes

de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida os ativos registrados a valor justo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Descrição	Controladora			
	30/09/2012	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	16.748	-	16.748	-
Total dos ativos	16.748	-	16.748	-

Descrição	Controladora			
	31/12/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	119.105	-	119.105	-
Total dos ativos	119.105	-	119.105	-

Descrição	Consolidado			
	30/09/2012	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	81.047	-	81.047	-
Total dos ativos	81.047	-	81.047	-

Descrição	Consolidado			
	31/12/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	158.067	-	158.067	-
Total dos ativos	158.067	-	158.067	-

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, na qual estão atreladas ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 3.524 e R\$ 7.049 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 30 de setembro de 2012.

- Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo) e aos investimentos líquidos da Companhia em

controladas no exterior.

A Companhia possui controladas no exterior, onde as moedas funcionais são o Peso Argentino e o Peso Chileno. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino e ao Peso Chileno, resultaria respectivamente, em 30 de setembro de 2012 uma redução no montante total de R\$ 2.507 e R\$ 5.014 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a variação de ambas as moedas. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 30 de setembro de 2012 uma redução no montante de R\$ 8.168 e R\$ 16.336 no seu patrimônio líquido. A Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Dólar. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Dólar, resultaria respectivamente, em 30 de setembro de 2012 uma redução no montante de R\$ 1.034 e R\$ 2.070 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 30 de setembro de 2012 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 1.001 e R\$ 2.005.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- **Contas a receber**

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

- **Depósitos em bancos e instituições financeiras**

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros de 1,5% ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 30 de setembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,48%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes à cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 30 de setembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 30/09/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	16.748	CDI	7,48%	5,61%	3,74%
Receita financeira bruta			1.253	940	626

Consolidado					
Operação	Saldo em 30/09/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	81.047	CDI	7,48%	5,61%	3,74%
Receita financeira bruta			6.062	4.547	3.031

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 30 de setembro de 2012. Foram acrescidos os juros de 1,5% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,98% para a primeira emissão e acrescidos os juros de 1,07% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,55% para a segunda emissão, sendo estas médias relacionadas ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer

programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 30 de setembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 30/09/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 1ª emissão	75.032	CDI +1,5%	8,98%	11,23%	13,47%
Despesa financeira bruta			6.738	8.426	10.107
Debêntures – 2ª emissão	104.035	CDI +1,07%	8,55%	10,69%	12,83%
Despesa financeira bruta			8.895	11.121	13.348

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	R\$ 36.280
Riscos operacionais	R\$ 304.820
Riscos diversos	R\$ 58.000
Veículos	R\$ 18.700
D&O - Responsabilidade civil executivos	R\$ 25.000
E&O - Responsabilidade profissional	R\$ 2.000
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.000

24. Programa de opção de compra de ações

Em assembléia geral de acionistas, realizada em 30 de março de 2006, a Companhia aprovou a inclusão no estatuto social de um programa de opção de compra de ações, denominado Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ação.

As opções de compra ou subscrição de nossas ações ordinárias são pessoais e intransferíveis e somente poderão ser outorgadas aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa.

O programa de opção de compra de ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe eleger os participantes do programa e o número de ações que cada participante terá o direito de adquirir. O limite máximo de ações disponíveis para o programa é de 2% do total de ações emitidas pela Companhia, sendo que tais ações terão os mesmos direitos conferidos às demais ações de igual espécie emitidas pela Companhia.

Foram feitas duas distribuições de opções, a primeira em abril de 2006 no montante de 825 mil ações e a segunda em abril de 2007 no montante de 175 mil ações, ambas extintas, que atingiram o limite máximo de 2% (1.000.000 ações) do total de ações na data da última outorga, conforme previsto no programa.

As opções poderiam ser exercidas em 3 anos, a partir do ano seguinte da distribuição, na base de 1/3 a cada ano conforme quadro demonstrativo abaixo.

O prazo de exercício das opções expirava em 5 anos a partir de cada distribuição, sendo que a partir desta data, as opções eventualmente não exercidas serão consideradas extintas, sem direito a indenização por parte da Companhia.

O preço de subscrição ou de compra de cada ação ordinária da Companhia foi estabelecido em 90% do preço de lançamento das ações da Companhia quando da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, que corresponde a R\$ 15,30 (quinze reais e trinta centavos) por cada ação ordinária, para a primeira distribuição e R\$ 18,15 (dezoito reais e quinze centavos) para a segunda distribuição, que corresponde a média dos 90 pregões anteriores à data da distribuição.

A segunda outorga das opções, que se extinguiu no segundo trimestre, está demonstrada a seguir:

Programa 2

Carência	%	Preço de exercício	Preço de opção	Quantidade	Valor
04/2007 – 04/2008	34	18,15	4,89	59.500	292
05/2008 – 04/2009	33	18,15	4,89	57.750	282
05/2009 – 04/2010	33	18,15	4,89	57.750	282
				175.000	856

Quantidade de ações outorgadas	Quantidade de ações exercidas antes da bonificação	Quantidade de ações perdidas antes da bonificação	Quantidade de ações em aberto antes da bonificação	Quantidade de ações em aberto após bonificação (10%)	Quantidade de ações exercidas após bonificação	Quantidade de ações perdidas com o fim do programa
175.000	(26.000)	(11.650)	137.350	151.085	(130.900)	20.185

Os valores justos das opções outorgadas foram calculados com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas das outorgas e seu reconhecimento no resultado do exercício terminou em 2010 totalizando R\$ 6.111.

A Companhia reconheceu mensalmente o montante de forma “pro rata”, em reserva de capital, na rubrica opções de ações outorgadas, tendo como contra partida o resultado do exercício.

25. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receita bruta de vendas e serviços	535.825	520.169	813.979	753.779
Impostos e devoluções	(75.263)	(73.056)	(108.241)	(107.576)
Receita de vendas líquida	460.562	447.113	705.738	646.203

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011
Receita bruta de vendas e serviços	180.447	181.360	267.027	267.843
Impostos e devoluções	(26.010)	(24.761)	(35.144)	(39.632)
Receita de vendas líquida	154.437	156.599	231.883	228.211

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Mão de obra	102.824	96.796	135.067	110.300
Benefícios a empregados	30.863	26.274	36.305	29.760
Impostos e taxas	30.568	26.810	39.349	31.507
Aluguel	20.870	5.249	22.497	6.078
Depreciação e amortização	16.886	15.543	24.535	20.292
Material de consumo/Matéria prima	120.204	127.202	190.954	180.044
Serviços de terceiros	15.472	17.496	26.984	27.491
Manutenção	10.188	11.368	12.793	14.228
Utilidades e serviços	20.768	35.148	32.472	45.595
Comissões sobre vendas	8.752	7.191	11.802	8.526
Frete sobre vendas	7.372	9.264	16.664	18.376
Gerais e outros	15.174	17.385	23.312	38.401
	399.941	395.726	572.734	530.598

Classificados como

Custos das mercadorias e serviços	342.597	347.378	493.945	465.837
Despesas com vendas	29.108	25.230	48.417	39.233
Despesas administrativas	28.236	23.118	30.372	25.528
	399.941	395.726	572.734	530.598

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011
Mão de obra	32.879	33.468	44.065	37.790
Benefícios a empregados	11.064	9.208	12.865	10.294
Impostos e taxas	8.944	8.616	11.839	10.135
Aluguel	6.899	2.229	7.415	2.618
Depreciação e amortização	6.184	5.438	8.950	6.980
Material de consumo/Matéria prima	38.437	42.293	56.736	58.997
Serviços de terceiros	4.944	5.813	8.608	9.517
Manutenção	3.406	4.029	4.205	5.089
Utilidades e serviços	6.965	12.294	10.493	15.170
Comissões sobre vendas	3.013	2.440	4.528	2.866
Frete sobre vendas	2.276	3.354	5.402	6.593
Gerais e outros	7.251	7.423	12.115	17.610
	132.262	136.605	187.221	183.659

Classificados como

Custos das mercadorias e serviços	114.396	118.101	161.278	159.497
Despesas com vendas	9.461	10.686	16.634	15.266
Despesas administrativas	8.405	7.818	9.309	8.896
	132.262	136.605	187.221	183.659

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	4.450	4.739	7.189	7.444
Atualizações contas a receber	700	241	766	280
Variação monetária	437	-	1.319	1.102
Outros	70	79	318	664
	5.657	5.059	9.592	9.490
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(14.300)	(15.470)	(14.379)	(15.525)
Juros variação cambial	-	-	(2.147)	(1.204)
Despesas bancárias	(1.209)	(821)	(1.481)	(885)
Outros	-	(45)	(1.202)	(596)
	(15.509)	(16.336)	(19.209)	(18.210)
Total, líquido	(9.852)	(11.277)	(9.617)	(8.720)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	395	912	1.225	2.175
Atualizações contas a receber	25	183	31	222
Variação monetária	437	-	30	565
Outros	21	17	15	480
	878	1.112	1.301	3.442
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(3.892)	(5.750)	(3.884)	(5.805)
Juros variação cambial	-	-	(31)	506
Despesas bancárias	(332)	(375)	(428)	(382)
Outros	-	(32)	(672)	(362)
	(4.224)	(6.157)	(5.015)	(6.043)
Total, líquido	(3.346)	(5.045)	(3.714)	(2.601)

28. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

a) Transações não caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Ações em tesouraria resgatadas	2.354	-	2.354	-
Juros sobre capital próprio	-	11.452	-	11.452
Dividendos declarados e não recebidos	40.000	4.559	-	-

b) Aquisição da Valid Solutions

	<u>Valid Solutions</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	442
Contas a receber de clientes	253
Estoques	276
Outras contas a receber	166
Ativo não circulante	74
Imobilizado	911
Fornecedores	(207)
Impostos e taxas a recolher	(16)
Salários e encargos sociais a pagar	(253)
Outras contas a pagar	(1.544)
Ágio na aquisição Valid Solutions	2.379
Preço de compra da Valid Solutions liquidado em caixa	2.481
Caixa adquirido da controlada	(442)
Caixa pago pela aquisição da Valid Solutions, líquido do caixa adquirido	2.039

29. Eventos Subsequentes

- A Valid Certificadora Digital firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante total de R\$ 29.875 destinado a investimentos no desenvolvimento e comercialização de software, serviços, produtos, consultoria, treinamento e suporte a infraestrutura de chaves públicas, envolvendo a emissão e uso de certificados digitais. Em 15 de outubro de 2012 foi liberada a primeira parcela do referido financiamento no montante de R\$ 12.000. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,5% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP conforme sistemática descrita no contrato. Estes juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de setembro de 2012 e 15 de setembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de outubro de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal. O principal da dívida deverá ser pago em 48 prestações mensais e sucessivas a partir de 15 de outubro de 2014 até 15 de setembro de 2018.

A Certificadora apresentou, conforme cláusula do contrato de financiamento, carta de fiança bancária no valor de R\$ 29.875, emitida em 13 de setembro de 2012 pelo Banco Santander.

- A Companhia, através de sua subsidiária Valid USA, Inc., obteve, em 6 de novembro de 2012, aprovação pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos (Distrito Norte de Illinois) do seu acordo para aquisição de substancialmente todos os ativos operacionais da Vmark, Inc., empresa sediada em Illinois, Estados Unidos da América, e algumas de suas afiliadas, incluindo Versatile Card Technology (VCT), Qualteq, Inc. (d/b/a VCT - New Jersey, Inc.), Creative Automation (CAC), Unique Mailing Services (UMS), Global Card Services (GCS), Unique Embossing Services (UES), Automated Presort (API), Fulfillment Excellence (FXI), Unique Data Services (UDS) e Veluchamy, LLC (em conjunto "Vmark"). A Valid pagará o valor total de aproximadamente US\$ 51,2 milhões (cinquenta e um milhões e duzentos mil dólares norte americanos) pela aquisição de referidos ativos.